





florestas nacionais (19.130ha) foram criadas fora da Amazônia, em 1968.

Em 1970, o sistema federal de unidades de conservação compreendia 14 parques nacionais (na época, cobrindo 2.756.513ha) e 12 florestas nacionais (257.756ha), num total de 3.014.269ha, ou 0,36% das terras brasileiras. Havia também 26 parques e reservas estaduais, incluindo o Monte Pascoal (que depois tornou-se parque nacional); o Rio Doce, em Minas Gerais; Campos do Jordão, Jacupiranga e Morro do Diabo, em São Paulo; e Turvo e Nonoai, no Rio Grande do Sul

mas também não houve muito resultado (poucas foram criadas), porque elas meramente forneceram um instrumento legal para proprietários de terra proibirem a caça ou o corte seletivo em suas terras. Tais portarias foram subsequentemente substituídas pelas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), através do Decreto 98.914, de 31 de janeiro de 1990 (Ibama, Portaria 828, de 1º de junho de 1990), que tinha regulamentos rígidos, mas fornecia incentivos fiscais para o registro perpétuo de parcelas de terra privadas.

O paradigma do corredor também está orientando o estabelecimento de novas unidades de conservação na

locais, por meio de planos de manejo e zoneamento, incluindo áreas de proteção integral da vida silvestre. Esse mecanismo tem sido largamente adotado no Brasil como zona tampão para parques e reservas. As áreas







- Garcia, F. 1986. E as reservas florestais, que fim levaram? Revista Brasileira da Tecnologia 17: 47-53.
- Jorge Pádua, M.T. 2004. Pobre Reboças. Amigos da Terra e Amazônia Brasileira. Disponível em <http://www.amazonia.org.br/opinião/print.cfm/id = 123320> (acessado em 1º de fevereiro de 2004).
- Jorge Pádua, M.T. & A.F. Coimbra-Filho. 1979. Os parques nacionais do Brasil. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Brasília.